

Suplemento



Editorial
A República

Nós, do RN...

Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Norte

Ano II - Nº 20 - Julho de 2006

O massacre de Cunhaú

Ilustração: Gilvan Lima



Os 114 anos
do Judiciário

APRESENTAÇÃO

Os mártires de Cunhaú e Uruaçu

RUBENS LEMOS FILHO

U

ma das tarefas mais importantes da Imprensa Oficial do Rio Grande do Norte desempenhada por este suplemento cultural, é resgatar a história do nosso povo, tal como é transmitida de pais para filhos, oralmente, até os dias de hoje. A mais emocionante delas é o Massacre de Cunhaú, ocorrido no dia 16 de julho de 1645.

Esta tragédia humana é pouco conhecida pela maioria dos católicos brasileiros, como lamenta o bispo Dom Heitor de Araújo Sales ao prefaciá-la a compassível descrição do mártir pelo monsenhor Francisco de Assis Pereira no livro

Protomártires do Brasil, editado pelo Departamento Estadual de Imprensa.

O holocausto continuado movido pelos índios tapuias e o invasor holandês, obteve a consagração do Papa João Paulo II, a 21 de dezembro de 1997, com o Decreto *Super Martyrio*, pelo qual beatificou os padres Ambrósio Francisco Ferro e André de Soveral e mais 28 prosélitos da Igreja Católica.

A reportagem de "nós, do RN" juntou com profissionalismo a justiça eclesial e a justiça civil, comemorando a criação do Superior Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte em 1892, semeando o Poder Judiciário atual, que tanto respeito imprime através dos ilustres conterrâneos, seus eméritos catedráticos.

Parabéns aos companheiros do DEI por mais uma valorosa edição do suplemento cultural do *Diário Oficial*.

EDITORIAL

Julho histórico do Rio Grande do Norte

MIRANDA SÁ

No país dos potiguares o mês de julho registra dois acontecimentos históricos: o Massacre de Cunhaú e a criação do sistema jurídico estadual, com a fundação do Superior Tribunal de Justiça, respeitável ancestral do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte.

O entusiástico levantamento dos nossos repórteres e pesquisadores produziu esta excelente edição do "nós, do RN", evocando os acontecidos no Engenho de Cunhaú, do capitão Jerônimo de Albuquerque Maranhão, e adscrevendo grandes nomes da nossa magistratura, ainda não capitulados na História Norte-Rio-Grandense.

Realçamos a projeção nacional de Amaro

Cavalcanti brilhando como ministro da Justiça e também ministro da Fazenda, traçando na esteira luminosa do ilustre conterrâneo o esplendor de Brito Guerra, Carlos Alberto de Miranda Gomes, Francisco Fausto, João Maria Furtado, Ítalo Piniheiro, Manoel Onofre de Souza Júnior, Varella Barca e Seabra Fagundes.

Estes galáxicos das letras jurídicas no Rio Grande do Norte podem, reconhecidamente, ser multiplicados por 100, e este grande número de ilustres personalidades nos obriga a assegurarmos, a curto prazo, a produção de novos números do "nós, do RN" com o mesmo tema, para não cometermos injustiça.



Estado do Rio Grande do Norte
Assessoria de Comunicação Social

WILMA MARIA DE FARIA
Governadora do Estado

ALUÍSIO LACERDA
Gabinete Civil do Governo do Estado

RUBENS MANOEL LEMOS FILHO
Assessoria de Comunicação Social



RUBENS MANOEL LEMOS FILHO
Diretor Geral em exercício

Henrique Miranda Sá Neto
Coordenador de Administração
e Editoração

JURACIR BATISTA DE OLIVEIRA
Subcoordenador de Finanças

EDUARDO DE SOUZA PINTO FREIRE
Subcoordenador de Informática

Nós, do RN

editor-geral
MIRANDA SÁ

chefe de redação
MOURA NETO

Secretário de Redação
EDSON BENIGNO

Secretário Gráfico
VALMIR ARAÚJO

equipe redacional
PAULO DUMARESQ - REPORTAGEM
ANCHIETA FERNANDES - PESQUISA
CLÓVIS SANTOS/JOÃO MARIA ALVES - FOTOGRAFIA

Diagramação e arte final
EDENILDO SIMÕES
PAULINHO CAVALCANTI JR

Capa
EMANOEL AMARAL

Colaboradores
CARLOS MORAIS
CARLA XAVIER
CARLOS DE SOUZA
ROSA LÚCIA ANDRADE
SÉRGIO TRINDADE

Coordenação Gráfica
WILLIAMS LAURENTINO



Departamento Estadual de Imprensa

Av. Câmara Cascudo,
355 - Ribeira - Natal - RN
CEP: 59.025 - 280 -
Tel.: (84) 3232 6793

Site: www.dei.rn.gov.br - e-mail: dei@rn.gov.br

Fé e sacrifício no engenho Cunhaú

ROSA LÚCIA ANDRADE

A fé trouxe de volta à História do Rio Grande do Norte um dos acontecimentos mais marcantes da primeira metade do século XVII. O morticínio em 16 de julho de 1645 dos portugueses que viviam no engenho Cunhaú, o primeiro da Capitania do Rio Grande, juntamente com o massacre ocorrido em Uruaçu, em 3 de outubro do mesmo ano, por holandeses e índios tapuias, deixou de ser apenas um fato histórico para se tornar um ato de veneração aos que morreram invocando a fé. Desde 1988 a Igreja Católica mergulhou nesta história e mostrou que a morte de pelo menos 30 pessoas deveria ter o reconhecimento pelo martírio.

Os portugueses que viviam na capitania do Rio Grande – portugueses eram considerados não apenas os que tinham nascido em Portugal, mas também seus descendentes – não tinham mais a liberdade de culto desde a invasão dos holandeses em dezembro de 1633. Apesar de haver o interesse político e econômico, os holandeses não permitiam outro culto a não ser o que seguisse os preceitos da igreja reformada, o protestantismo. O engenho Cunhaú era um alvo forte por ser freguesia e por estar localizado nas proximidades de um dos portos mais próximos à sede central do governo holandês no Recife, garantindo assim fácil acesso a suprimentos.

Os holandeses tinham como delegado o alemão Jacob Rabi, conhecido como homem forte e violento. Ele figura como o principal responsável pelos massacres do Cunhaú e de Uruaçu. Fontes pesquisadas pelo monsenhor Francisco de Assis Pereira, postulador da causa de beatificação dos mártires e autor do livro “Protomártires do Brasil”, mostram a força de comando de Jacob Rabi. A sua influência junto aos índios tapuias, que habitavam o interior da capitania e eram considerados violentos, formou um forte exército contra os portugueses.

No engenho Cunhaú, que tinha como padroeira Nossa Senhora das Candeias, a missa era realizada mesmo diante da pressão dos holandeses. Na véspera do massacre, o delegado Jacob Rabi che-

gou à localidade e convocou todos os moradores do engenho, cerca de 70 com suas famílias, para permanecerem na igreja no dia seguinte, um domingo, para dar avisos da sede do governo. Segundo historiadores portugueses da época, ele teria ainda reforçado que nada aconteceria aos fiéis.

A missa aos domingos era uma prática comum no engenho e não foram mais pessoas por causa de uma forte chuva caída naquele dia. Algumas pessoas, no entanto, com medo da figura de Jacob Rabi, preferiram ficar na segurança da casa-grande, ao lado da capela. Transcorreu a partir daí uma das cenas mais bárbaras que se tem notícia. Com cerca de 60 pessoas dentro da capela, as portas foram fechadas e índios e soldados holandeses partiram para cima dos que ali estavam.

Na intenção de proteger a capela, o padre André de Soveral, pároco do engenho, avisou que os invasores não po-

deriam tocar nele e nem nas peças sagradas do altar. Talvez por isso a investida contra o padre tenha sido das mais violentas. Foi atacado com uma adaga e antes de morrer dava o perdão aos que eram atacados. Um dos pontos observados na causa de beatificação é a aceitação da morte. Como os fiéis não reagiram e pediram perdão pelos pecados, figuram como mártires anônimos.

Um outro nome é citado por historiadores da época: Domingos de Carvalho, que não se sabe se morreu na capela ou na casa-grande. Holandeses e índios, depois de atacarem a capela foram para a casa-grande onde, sabiam, estavam muitas outras pessoas refugiadas. O proprietário do engenho, Gonçalo de Oliveira, no entanto, foi poupado. Uma informação dos historiadores da época é a de que depois das mortes violentas os corpos ficaram jogados ao redor da capela e teriam sido comidos pelos índios canibais.

FOTO: CLÓVIS SANTOS



A capela do engenho Cunhaú, local de veneração, e o monsenhor Ferancisco de Assis, postulador da causa dos mártires



Dom Alair reascendeu veneração

Quando dom Alair Vilar tomou posse como arcebispo metropolitano de Natal, em 1988, já no discurso de posse tornou público que lutaria pela beatificação dos mártires de Cunhaú e Uruaçu. O monsenhor Francisco de Assis Pereira, como coordenador da cúria, era dos um dos assessores mais próximos de dom Alair e assim foi destacado para iniciar a pesquisa histórica sobre o fato. O que existia na época eram publicações de historiadores locais sobre o massacre. “Mas resolvemos aprofundar a pesquisa histórica”, afirma o monsenhor Assis. No ano seguinte, foi nomeado postulador da causa de beatificação do padre André de Soveral e Domingos de Carvalho, ambos de Cunhaú, além de mais outras 28 pessoas mortas em Uruaçu.

O passo seguinte foi uma pesquisa minuciosa em arquivos portugueses e holandeses. Estes últimos da época da instalação do governo holandês no Brasil. Nesta mesma época fez um curso de postulador em Roma, o que o torna até hoje um dos sacerdotes mais envolvidos com causas de beatificação no Nordeste. O processo seguinte foi longo e passou por várias etapas. Ainda no Brasil foi formado um tribunal eclesiástico e depois o processo foi entregue no Vaticano. Em quatro anos a Santa Sé analisou, avaliou e reconheceu que houve martírio. “Não se pode negar a existência de defesa da pátria, mas o que pesou foi o motivo religioso”, afirma monsenhor Assis, referindo-se ao morticínio.

Em 5 de março de 2000 o Papa João Paulo II beatificou os mártires de Cunhaú e Uruaçu e os denominou protomártires. Ou seja, os primeiros mártires do Brasil. Desta forma a veneração livre aos mártires pode ser realizada. “Em Cunhaú, por causa da capela, sempre se manteve viva a chama entre os fiéis”, afirma monsenhor Assis, observando que procissões sempre foram realizadas seguindo uma tradição do local.

Mártires brasileiros - Apesar de existirem mártires brasileiros citados na história da Igreja Católica antes de 2000, o Papa João Paulo II denominou de protomártires os de Cunhaú e Uruaçu. O fato se explica: é que os 40 seminaristas portugueses recrutados para serem missionários no Brasil colonial foram mortos nas Ilhas Canárias antes mesmo de chegarem a seu destino final. Nem eram brasileiros e nem chegaram a pisar nas terras onde exerceriam seus ofícios. Eles foram mortos também por calvinistas.

Um lugar sagrado do Rio Grande do norte

História e religiosidade se fundem quando se fala na importância do engenho Cunhaú, localizado no município de Canguaretama, a 120 quilômetros de Natal. A capela de Nossa Senhora das Candeias é considerada um local sagrado por católicos e, por ter sido erguida dentro do primeiro engenho da Capitania do Rio Grande, provavelmente no início do Século XVII, tem significativo valor histórico.

O local onde índios tapuias e soldados holandeses massacraram os portugueses, em 16 de julho 1645, é ponto de peregrinação cristã. Luís da Câmara Cascudo escreveu o que muitas pessoas sentem quando chegam ao local: de que não há trecho de terra mais sagrado em todo o Estado. Muitos fiéis tiram os sapatos para entrar na capelinha, em sinal de respeito e fé.

A presença de religiosos e turistas ao local tem aumentado nos últimos 20 anos em decorrência da divulgação do martírio daqueles que se transformaram em mártires da Igreja Católica. Mesmo quando ainda estava em ruínas a capela tinha significado especial para os fiéis. Registros da Igreja Católica mostram que as romarias sempre ocorreram entre os moradores da região e de pessoas de outras partes do Rio Grande do Norte que sabiam do massacre ocorrido há mais de 460 anos.

Por encontrar-se dentro de uma propriedade privada, a capela é guardada por seus moradores. Mas a Igreja Católica, por meio do movimento Chama de Amor do Imaculado Coração de Maria, dá suporte às visitas e romarias através do santuário construído na entrada da fazenda. O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), como órgão responsável pelo patrimônio, visita anualmente a capela e orienta sobre sua conservação.

A presença de romeiros é freqüente,



FOTO: CLÓVIS SANTOS

Maria Auxiliadora Vieira, coordenadora do santuário erguido no local

mas são os turistas o alvo de um projeto encampado pela igreja. "Precisa-se de uma divulgação maior, de devoção maior", afirma o pároco de Canguaretama, padre Flávio Herculano, lembrando que a grande concentração de pessoas no local é vista mais nas celebrações. Duas datas são responsáveis por um número maior de fiéis: 16 de julho, data do martírio, e 2 de fevereiro, dia de Nossa Senhora das Candeias (a mesma Nossa Senhora da Luz e da Candelária). Um grupo de cerca de 50 pessoas é certo nas missas aos domingos, às 10h.

Talvez a distância seja o principal empecilho para se chegar à capela. Na região, algumas pessoas já se mobilizam para garantir a presença nas missas dominicais. "Tem gente que gasta R\$ 40,00 de taxi por mês, mas vem todos os domingos", exemplifica Maria Auxiliadora Vieira, coordenadora do Movimento Chama de Amor. E a fé vai removendo montanhas. O turismo na região é promissor na medida que a história dos mártires de

Cunhaú vai ganhando mais divulgação.

A praia de Barra de Cunhaú, distante 40 quilômetros, onde ficava um fortim para defender a região dos invasores, recebe turistas de várias partes do mundo. Sabendo do massacre, os visitantes se interessam em conhecer o local. Uma das pousadas dispõe de um trem de passeio para levar os interessados até o engenho. Essas iniciativas ainda estão longe do que é considerado ideal. "É preciso criar uma situação para atrair o turismo, não só religioso. A importância histórica é ainda maior que a religiosa", afirma a diretora do Iphan, a arquiteta Jeanne Nesi.

Para incentivar ainda mais a presença de fiéis de sua paróquia, o padre Flávio Herculano tem feito um trabalho intenso, tanto nas missas quanto nas casas. A confecção de estandartes e cartazes foi uma forma de deixar a comunidade mais perto dos seus mártires, que no último momento de suas vidas demonstraram a fé incondicional.

Capela é tombada pelo patrimônio histórico

Historiadores afirmam que não se sabe ao certo quando a capela de Nossa Senhora das Candeias foi erguida no Cunhaú, primeiro engenho açucareiro da Capitania do Rio Grande, em atividade nos primeiros anos do Século XVII. Como os registros mostram que já em 1638 Cunhaú era freguesia, a capela era a matriz do local. É provável ainda, segundo historiadores, que o primeiro nome do engenho tenha sido Nossa Senhora das Candeias.

A capelinha foi tombada como ruína pelo Iphan em 1964. E não se sabe desde quando estava naquelas condições. Mário de Andrade, em sua passagem pelo Rio Grande do Norte, em 1929, foi fotografado nas ruínas da capela do engenho Cunhaú. Uma mostra da importância histórica do local. Mas eram os religiosos que mais iam à fazenda. As paredes que ainda estavam de pé, como o arco do altar e o pórtico da sacristia, eram alvo de depredação. As pessoas acreditavam que as pedras eram milagrosas. A parede esquerda do altar, onde havia uma mancha vermelha nas pedras roxas, também era considerada sagrada. "Pela história, teria sido aqui que o padre André de Soveral foi morto e antes de morrer, defendendo a igreja, teria colocado a mão aqui", aponta Maria Auxiliadora Vieira, coordenadora do Movimento Chama de Amor e do santuário erguido no local.

Durante cerca de 300 anos a capela serviu de cemitério. Ali foram sepultados integrantes da família Albuquerque Maranhão e outros moradores da fazenda. Uma lápide encontrada nos arredores da capela, que seria do primeiro proprietário do engenho, o capitão-mor do Rio Grande Jerônimo de Albuquerque Maranhão, encontra-se no altar reconstruído. Algumas pessoas pensam se tratar do local onde foi enterrado o padre André de Soveral e fazem preces ajoelhadas. "Se conhecessem os fatos históricos, saberiam que todos foram comidos pelos índios canibais", explica Maria Auxiliadora.

A reconstrução da capela causou polêmica entre arquitetos e historiadores. Uns defendiam que o local permanecesse como ruína, apenas protegido da chuva, do sol e do vento. Nos anos 80, porém, a capela foi reconstruída pela Fundação José Augusto. (RLA)

CARLOS DE SOUZA

Vamos entrar na máquina do tempo e fazer uma viagem insólita pelos primórdios da história do Rio Grande do Norte. Estamos desembarcando em um trecho do litoral potiguar no longínquo Século XVII. Por esta época a densidade populacional de toda essa faixa litorânea, que vai da Paraíba ao Ceará, tinha a densidade populacional de um deserto, com a diferença de que estamos em plena Mata Atlântica. Intermináveis extensões de matas povoadas apenas por animais selvagens e silvícolas. É nesse cenário, no território onde hoje se situa o município de Macaíba, que vai se desenrolar nossa história. A história dos massacres de Uruaçu e Ferreiro Torto.

“A melhor informação histórica existente sobre o massacre de Uruaçu foi escrita por Lopo Curado Garro, em 23 de outubro de 1645, no mesmo mês e ano em que fato aconteceu, fruto de entrevistas que ele realizou com os sobreviventes daquele triste episódio”, informa o historiador Itamar de Souza no Fascículo 2 do *Projeto Ler*, do Diário de Natal. Segundo ele, este relato foi publicado no livro *O Valeroso Lucideno e Triunfo da Liberdade*, do Frei Manuel Calado.

Corria o ano de 1645 e os colonos daquela região já sabiam dos fatos horrendos ocorridos em Cunhaú e na casa de João Lostão Navarro. Um grupo de 70 portugueses assustados construiu uma cerca de madeira rústica nas margens do rio Potengi, a três léguas de Natal, com um modesto arsenal de 15 armas de fogo. Ficaram neste lugar por três longos meses, sofrendo as agrúrias da parca alimentação e debaixo de sol, chuva e vento. Sem contar com as ameaças frequentes por parte dos holandeses.

“Depois de muitas pressões e ameaças feitas pelos holandeses, os portugueses resolveram chegar a um acordo: entregaram como reféns, que foram levados para a Fortaleza, cinco de seus líderes: Estevão Machado

Miranda, Vicente de Sousa Pereira, Francisco Mendes Pereira, João da Silveira e Simão Correia”. Os holandeses, por sua vez, deixaram dez solda-



FOTO:CLÓVISSANTOS

A era das Atrocidades

Monumento dos mártires de Uruaçu, que hoje fica situado no município de São Gonçalo do Amarante

dos de guarda e confiscaram as armas dos colonos. Na Fortaleza dos Reis Magos, que ainda ostentava o nome batavo de Castelo Keulen, estavam recolhidos o vigário Ambrósio Francisco Ferro, Antonio Vilela, o Moço, Josefe do Porto, Francisco de Bastos e Diogo Pereira, além dos prisioneiros João Lostão Navarro, Antônio Vilela Cide.

Ora, é preciso lembrar que os portugueses usavam como meio de pressão o medo que os colonos tinham dos indígenas tapuias que circulavam por ali em busca de boa caça e sangue fácil para saciar sua sede de selvagens.

Quando o calendário marcou o dia 2 de outubro daquele ano, vimos chegar uma lancha de Recife, trazendo a

O massacre de Ferreiro Torto

Toda essa história de sangue e tragédia começou aqui, no Solar do Ferreiro Torto, em Macaíba. “O regime de violência e crueldade que caracterizou o domínio holandês, no Rio Grande do Norte, começou pelo ataque aos moradores do engenho Ferreiro Torto”, informa o historiador Itamar de Souza.

Era um engenho importante, o segundo maior da capitania do Rio Grande do Norte, construído provavelmente por volta de 1615 por Francisco Coelho. Ainda hoje se pode ver a imponência do velho casarão e pelos seus corredores se respira a história de nossa gente.

Situado na margem direita do rio Jundiá, perto de Macaíba, o velho

engenho era uma jóia bastante cobiçada pelos holandeses. No dia 14 de dezembro de 1633, o major Cloppenburg, das forças holandesas sediadas no Castelo Keulen, seguiu na direção de Macaíba, navegando o rio Potengi. Os portugueses, no entanto, não estavam desprevenidos e, utilizando primitivas técnicas de guerrilha, mataram cinco holandeses. O comandante holandês convocou então o grande chefe Janduí, inimigo mortal dos portugueses, e fez a guerra ao engenho de Ferreiro Torto. Na refrega morreram o proprietário do engenho, Francisco Coelho, sua mulher, cinco filhos e mais 60 pessoas.

ordem dos grãos senhores holandeses para que se efetuasse a execução dos prisioneiros. A ordem era matar todos os moradores de dez anos para cima.

Covardia - No dia seguinte, os holandeses decidiram que os prisioneiros do Castelo Keulen podiam sair. Garantiram que não havia mais perigo de encontrarem os tapuias, pois ele já haviam se adentrado pelo sertão em busca de novas caças. Seguiram então com a tropa, supostamente para servir de guarda, na direção da cerca dos colonos, que ficava na margem de um afluente do rio Potengi, o tal Uruaçu. O argumento dos holandeses é que lá na cerca eles teriam também condições de se alimentar tão bem quanto no Castelo Keulen. Ledo engano.

Entraram em batéis e seguiram pela boca da barra subindo o rio. Podemos ver do lado direito a singela beleza da praia da Redinha, que ainda não tem tal nome. Do lado esquerdo, o belo sítio que um dia será a Cidade do Natal. Três léguas acima pegaram o afluente e logo adiante chegaram no local chamado Porto do Flamengo, margem direita do rio Uruaçu, a meia légua da cerca, quando viram chegar uma tropa de 200 índios bem armados, comandados pelo grande chefe Paraupaba, combatendo sobre o lombo de um cavalo. Eram os temíveis tapuias que não tinham ido caçar no sertão como afirmaram os holandeses.

O que se seguiu não é digno de ser lembrado pelos nossos olhos de viajantes do tempo. Mas o dever de legar a informação ao futuro nos obriga a revelar tal horror. Imediatamente todos os portugueses que vinham sendo escoltados pelos holandeses foram despidos de suas roupas ali mesmo e foram sendo dizimados um a um. Primeiro pelos tapuias, depois ajudados pelos próprios holandeses, ditos homens civilizados. De uns eram retirados os olhos, de outros as línguas e dos demais os órgãos genitais que eram enfiados nas bocas das vítimas. Em seguida, os holandeses deixaram o tapuia no local da execução e se dirigiram para a cerca. Ao final da chacina o cenário era de uma terra desolada: sangue e pedaços de corpos espalhados pela margem do rio, os urubus girando no alto.

A invasão sob a ótica de um padre holandês

EDSON BENIGNO

Os primeiros contatos que os holandeses mantiveram com a atual capital do Rio Grande do Norte remontam a junho de 1625, quando atracou por aqui a esquadra de Edam Boudewinnj Hendrikszoon. Atacados por uma epidemia de escorbuto, o almirante flamengo procurou alojar os marujos enfermos em armazéns e mandou uma patrulha fazer o reconhecimento da área. Retornaram a Holanda em agosto daquele ano, levando consigo muitos índios, que voltariam anos mais tarde falando holandês e conhecendo a bíblia reformada. Da segunda vez que vieram, travaram muitas batalhas. A Capitania do Rio Grande tinha uma localização estratégica para o fornecimento de provisões, sobretudo carne bovina e produção açucareira, aos moradores de Pernambuco.

Cerca de 340 anos depois, em 1961, desembarcou em Natal um holandês chamado Gerard Hubert Hensgens, conhecido como padre Pio que, a pedido do papa Paulo VI, vinha fazer com que a Igreja ocupasse mais espaço na América Latina. “Nossa missão sempre foi zelar e cuidar dos mais abandonados; preguei missões populares em Alagoas, Pernambuco, Paraíba e pelo interior do Rio Grande do Norte. Fundei em 1970, em Natal, a Comissão de Justiça e Paz para defender os presos injustiçados”, conta o padre Pio. Apesar do derramamento de sangue, ele acha que a presença dos holandeses no Nordeste do Brasil, na época colonial, foi benéfica para a região e para capitania do Rio Grande.

O religioso afirma que a Holanda,

FOTO: EDSON BENIGNO



Padre Pio: “Se os holandeses tivessem ficado mais tempo, o Nordeste seria outro”

naquela época, era um dos países da Europa mais organizado e possuía um grande modelo de cidade eficiente, que era a capital Amsterdã. O que faltava ao seu país era gêneros de primeira necessidade, como o açúcar. No Nordeste do Brasil havia muitos engenhos e, como os portugueses estavam aqui, então começaram as brigas. “Maurício de Nassau trouxe os melhores engenheiros e pintores da Holanda para reformar a capital pernambucana. Ele veio para a Região Nordeste não só para conquistar o poder, como também para levantar as cidades, principalmente Recife, onde ficou por sete anos”, afirma o Padre Pio.

Depois de ocupar Pernambuco, os holandeses se espalharam por outras

cidades nordestinas para promover os engenhos e se apropriar do açúcar. Três mil soldados invadiram a cidade e tomaram o Forte dos Reis Magos, que era a sede do governo e ficaram por mais de 20 anos. Houve resistência nas proximidades de Canguaretama, resultando no que ficou conhecido como Massacre de Cunhaú.

Padre Pio vê com reservas a versão histórica que prevalece até hoje sobre os fatos que aconteceram no passado remoto, revelando que os índios invadiram e mataram muitas pessoas, por ordem de um capitão holandês. “É questionado isso, pois os holandeses têm por natureza o respeito à dignidade dos outros, além de muitos militares serem humanistas. Os massacres aconteceram, é verdade, só que as causas ainda não foram explicadas direito”, questiona. Afirma que a invasão holandesa no Nordeste será

sempre lembrada pelos massacres, em detrimento da herança cultural promovida.

Ele lembra que Maurício de Nassau defendeu os negros que trabalhavam nos engenhos de cana de açúcar e se preocupou com aspectos fundamentais da alfabetização, saúde e humanismo. Afirma ainda que, baseados nas lições de Santo Afonso, os holandeses tinham a função de pregar missões populares, como Frei Damião fazia, e assim os padres se espalharam por todo o país recém-ocupado. Como acharam que a região mais abandonada do Brasil era o Nordeste, começaram suas missões na cidade de Garanhuns, Pernambuco. Aos poucos foram chegando mais padres para outras cidades do Nordeste. “Se tivessem ficado mais tempo aqui, o Nordeste hoje era outro”, assinala.

Herança cultural

O que os holandeses do Século 17, responsáveis pelos massacres de Ferreiro Torto, Cunhaú e Uruassu, deixaram no Rio Grande do Norte? Pode-se lembrar a construção de um istmo na lagoa de Extremoz, projeto de um caminho para melhorar a comunicação da capital com o interior. Culturalmente, os holandeses criaram um brasão para o Rio Grande do Norte, simbolizado por uma ema e o mote “Velociter”.

Segundo Câmara Cascudo, a ema no brasão era homenagem ao chefe indígena Janduú, que foi de grande importância aos holandeses na guerra de conquista da capitania do Rio Grande. O nome Janduú é corruptela de Nhanduí, “ema pequena”. Em 1637, Maurício de Nassau, o governante do Brasil holandês, visitou Natal, trazendo com ele o pintor Franz Post, que fixou em tela o Castelo de Keulen, que foi como os holandeses rebatizaram o Forte dos Reis Magos. Também desenhou casas, outros prédios e alguns habitantes da Natal da época. Foi o primeiro artista plástico a visualizar o perfil urbano e antropológico da província.

CARLOS MORAIS

Uma cabala palaciana trama e articula

a expulsão dos holandeses

As atrocidades cometidas, no decorrer do Século XVII, durante a ocupação holandesa no Nordeste do Brasil, é um assunto complexo, que não pode ser focado apenas num reducionismo de sectarismos religiosos - tanto do lado católico quanto do calvinista. A realidade da questão envolve, principalmente, o desdobramento de conseqüências bélicas, políticas e econômicas entre países e grupos mercantis. Afinal, a ocupação holandesa constituiu um episódio colonial e remoto da confrontação entre a Espanha (Portugal e o Brasil, por gravidade, no início do conflito, pertenciam à Espanha dos Filipes) e as Províncias dos Países Baixos. Conflito que passaria à história com a designação de Guerra dos Oitenta Anos (1568-1648).

Aqui, vou focar, sumariamente, um aspecto marcante e que explodiu mais estardalhaçadamente em 1645, ano decisivo para a reviravolta nos destinos do território brasileiro dominado pelos holandeses. Um Brasil ainda em engatinhante gestação e que vivia o clima efervescente até adquirir a feição de uma verdadeira **jihad**, uma alucinada guerra religiosa que ensanguentaria o cotidiano de nossa história pátria.

Essa nova e contundente aventura dos Países Baixos, desencadeada em fevereiro de 1630, com o desembarque, em Pernambuco, de 7.000 soldados numa procissão de navios, acompanha também pelos primeiros pastores calvinistas chegados ao Recife. E em 23 de janeiro de 1637, o alemão Maurício de Nassau-Siegen desembarca no porto do Recife, dotado de supremos poderes para reprocessar o funcionamento da Nova Holanda em terras da América do Sul. Formado na ética protestante e no espírito do capitalismo, esse executivo de uma companhia semiprivada dos Países Baixos, de caráter multinacional, vem trombetear as regras do jogo colonial no Atlântico Sul, tão logo se assenhoreia de um entreposto colonial português. E o modo de exploração da Companhia das Índias Ocidentais induz o aureolado "príncipe renascentista" e negreiro mandar às favas o "escrúpulo inútil" de seus patrícios e a incorporar o escravismo na contabilidade geral dos burgueses de Amsterdã.

Assim, uma faixa de terra da costa estendendo-se do Maranhão às vizinhanças de Salvador, ficou controlada pelos flamengos, por duas décadas, no único pedaço do Brasil que tinha algo a dizer na riqueza do mundo, pois ali se plantava cana-de-açúcar, o cobijado ouro branco do Século XVII.

FOTO: CLÓVIS SANTOS



Monumento na entrada da cidade lembra até hoje o trágico acontecimento

Para refrear essa ameaça de completo domínio do território ultramarinho português, a Coroa, em contra-ofensiva, despacha o todo-poderoso português Antônio Teles da Silva. O novo governador-geral, na Bahia, chega em agosto de 1642 (doidinho para instalar em Salvador, às suas custas, uma sucursal da Inquisição), e na condição de um dos integrantes de um grupo que, em Portugal, tramara uma cabala palaciana, nos finais de 1641 e começos de 1642, com um projeto de reconquista do Nordeste. Esse grupo palaciano conquistaria influência tão substancial que chegou a neutralizar e até mesmo derrotar a oposição do Conselho de Estado. Eles empenharam-se nessa determinação, também, após a constatação de que os holandeses não eram aliados confiáveis.

Nassau, internamente, sente o ambiente rumoroso e alarma-se com perigoso zumbido uma insurreição que ameaça a soberania do seu governo no Brasil holandês. O estado de espírito da população luso-brasileira já se assanhava e Nassau, em estado de alerta, acelerou o despacho a Haia de seu secretário particular, Johan Carl Tolner, na primeira quinzena de julho, com o encargo de expor a situação. Em 24 de setembro, escreve aos Estados Gerais, auscultando a iminência da rebelião: "Os habitantes

portugueses já tomaram no fundo do coração a resolução de recorrer a esta extremidade". Nassau sustentava que a restauração portuguesa e o tratado de trégua, negociado na Holanda pelo embaixador Mendonça Furtado, não haviam diminuído, mas aumentado a probabilidade de rebelião. Os luso-brasileiros mostravam-se especialmente eufóricos pela independência recém-conquistada do Reino e recebiam o acordo de trégua com frieza, com a declaração pública de "não terem razão alguma de estarem satisfeitos por este tratado, pois deviam ainda gemer dez anos sob o jugo dos holandeses". Criticavam o tratado, especificamente, por não garantir a prática da religião católica, proibida no Recife, embora tolerada no interior, onde, contudo, acusavam as autoridades da intenção de suprimi-la, a longo prazo, ao impedir a renovação dos quadros eclesiásticos.

Plano do testa-de-ferro

Nassau complementava o descontentamento religioso com o sufocante endividamento que garroteava a comunidade luso-brasileira, em relação à Companhia das Índias Ocidentais e aos comerciantes neerlandeses e judeus. E enfocava, por fim, o descompasso entre luso-brasileiros e neerlandeses, uma aversão cultural

recíproca que, conseqüentemente, gerava a impossibilidade de confiança mútua.

No decurso daquele ano de 1642, Gaspar Dias Ferreira, o testa-de-ferro luso-brasileiro de Nassau (colaborador que cortava dos dois lados, juntamente com João Fernandes Vieira e André Vidal de Negreiros e outros, também por trás desta segunda missão) bancou o ônus da viagem a Lisboa de um emissário, o beneditino Estevão de Jesus, que, na condição de "procurador de Pernambuco" encontrou-se com o rei dom João IV e comunicou-lhe o plano dos luso-brasileiros de se libertar do domínio flamengo. Adiantou também que a alta cúpula do colonato luso-brasileiro dispunha de uma injeção financeira de 2 milhões de cruzados para a causa - seja para o apresto da armada restauradora, seja para que a Coroa comprasse o Nordeste à Companhia das Índias Ocidentais.

Ressurgia, com essa proposta, o plano de compra que se cogitara nos anos 30 e que, futuramente, Gaspar Ferreira advogará nos Países Baixos, onde acompanhará Nassau em sua despedida do Brasil. Mas a propalada indecisão de dom João IV, cozinhando a questão nas gestões diplomáticas em Haia, terminou por deixar Frei Estevão mofando pelas antecâmaras do paço - durante um ano e meio, consecutivo à sua chegada. E quando, enfim, o rei de Portugal autorizou os primeiros contatos em Pernambuco para mobilizar os esforços para a insurreição, o frade morreu. Recolheu-se, então, em sua cela, um maço de papéis, altamente comprometedores, encontrados na sua cela e que foram enviados, inadvertidamente, a Gaspar Ferreira, já em Amsterdã, que ficou ciente do consentimento régio à insurreição e o escondeu em uma pensão em que se alojava. O português Gaspar Ferreira, já naturalizado holandês, seria, logo depois, preso e acusado de crime de "alta traição", contra os Estados Gerais, embora ele tenha dado sumiço aos papéis comprometedores, que tinham deixado apavorado o embaixador Sousa Coutinho. Gaspar, um finório tratante internacional, conseguiria fugir de Amsterdã e tornar-se uma dos mais preciosos conselheiros do rei dom João IV em Lisboa. Enquanto isso, o rastilho de pólvora da rebelião se alastrara, implacavelmente.

Frei Estevão de Jesus morre sem comandar a rebelião

FOTO: CLÓVIS SANTOS



Os padres Ferro e Soveral recebem a homenagem do martírio de que foram vítimas

Em aqueles dias em que Nassau transmitia suas apreensões à metrópole, o sargento-mor André Vidal (chegado à Bahia em companhia do governador-geral) já conspirava em Recife, onde propunha a regulamentação do artigo do tratado de trégua, que previa o livre trânsito entre o Brasil holandês e a América portuguesa, salvo-conduto óbvio para a movimentação dos articuladores na preparação do levante. As autoridades do governo holandês no Recife concordaram, mas com a manutenção da restrição ao comércio.

Nassau, em meados de 1643, mandava prender e despachar para a Holanda o capitão de sua guarda, Charles de Turlon, casado com a bela viúva pernambucana Ana Pais, proprietária do engenho Casa Forte (também chamado de "Nassau" ou "Turlon" e onde se desenrolaria uma das primeiras batalhas no começo da insurreição pernambucana, dois anos depois), acusado de sondar os chefes potenciais da rebelião sobre a possibilidade de permanecer na terra, caso ela voltasse aos domínios do rei de Portugal.

O padre Vieira, na época, já então muito escutado por dom João IV, certamente informado da trama, através de seu cunhado, o licenciado Simão Álvares de la Penha Deus-dará (em 1645, Nassau, na Holanda, desabafará contra o marido da irmã do padre Vieira: "o maior velhaco de todo o Brasil e indubitavelmente o único causador e instigador de todos os rebeldes"), incentivava a prudência

régia ao argumentar que, mesmo se o movimento pernambucano desse certo, Portugal era impotente para levantar uma segunda guerra. Agora, contra as Províncias Unidas, república confederada era que dispunha de meios para retaliar contra as possessões lusitanas

no Oriente.

O comportamento protelatório dos Estados Gerais acabou sobrepondo às hesitações do rei de Portugal que, em março de 1644, explodiu a luz verde para a insurreição, ocasião em que frei Estevão de Jesus recebeu ordem de

articular o levante e de supervisionar seus preparativos. Sua intenção: regressar ao Brasil antes do retorno de Nassau aos Países Baixos, na condição de administrador geral da gente de guerra do Brasil. Condição que lhe creditaria a necessária autoridade à frente dos oficiais e soldados, "em cuja companhia", sustentava o religioso, haveria de "andar para conseguir os intentos que espera em Deus lograr". Planejava, após fazer escala no Recife, de modo a "obrar ali o serviço de Sua Majestade", rumar para Salvador e executar, com segurança, "a ordem que leva", ao conectar-se com os lusobrasileiros no interior. O Conselho Ultramarino, em 26 de março de 1644, aprovou a petição e o frade beneditino, inesperadamente, perdeu sua chance de glorificação bélica, ao falecer antes da decisão régia. Fato que levou dom João IV devolver a consulta, com um despacho lacônico: "Já não tem lugar". E a confraria religiosa destacou, imediatamente, um regra três para substituí-lo: frei Inácio de São Bento, beneditino ligado e com familiares em Pernambuco.

A conspiração extrapolou, assim, a partir dessa ocorrência, o círculo daquele grupo palaciano e que a conduzira, originalmente, e passa a agregar as autoridades conciliares. Do que se aproveitou João Fernandes Vieira que, futuramente, argumentará ter recebido "secretos avisos" enviados por dom João IV ao ordenar-lhe que empreendesse "guerra aos holandeses". E silenciará, matreiramente, sobre o chefe do grupo da cabala palaciana, João Rodrigues de Sá e Menezes, 3º conde de Penaguão, camareiro-mor do rei de Portugal, que agregava entre seus reduzidos auxiliares, Antônio Teles da Silva, com quem participara do golpe de Estado, responsável pela restauração portuguesa. Mas esse grupo de Penaguão agirá na sombra, nos bastidores da política conspiratória, sem deixar vestígios burocráticos. Movimentará, contudo, apenas os militantes que se inteiravam, oficialmente, em função dos cargos ocupados, da movimentação e das seqüências das operações em marcha e que, durante nove anos, terminaram por conseguir despachar os holandeses do Nordeste do Brasil. (CM)

FOTO: JOÃO MARIA ALVES

O Judiciário na margem do tempo



Criado em 1º de julho de 1892, o Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte tem sede na praça Sete de Setembro desde 1977

PAULO JORGE DUMARESQ

Narram os historiadores que as querelas judiciais na Natal do Século XIX se arrastavam anos a fio, interferindo na vida dos cidadãos. Muitas vezes, quando uma sentença se tornava transitada em julgado, era o neto quem recebia o benefício. Para tentar desatar esse nó górdio, dando mais agilidade aos processos, o Poder Judiciário cria o Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte em 1892.

Fato curioso é que um ano antes, em 1891, o segundo vice-presidente em exercício da Província, Francisco Gurgel de Oliveira, institui o Tribunal Superior da Relação do RN, nomeando cinco desembargadores para sua composição. Em virtude da inexistência de um Congresso Constituinte e Legislativo que criasse uma lei de organização judiciária, esse Tribunal teve vida curta. O novo presidente nomeado para a Província, Dr. Miguel Joaquim d'Almeida Castro, chegando a Natal no dia 11 de setembro de 1891, recusa-se a prestar o compromisso perante o Tribunal Superior.

Resolvidos os imbróglis e aparadas as arestas, o Tribunal de Justiça do RN só seria criado no ano seguinte, no regime republicano, por força da Lei nº 12, de

09 de junho de 1892, sancionada pelo governador Pedro Velho, que institui o Superior Tribunal de Justiça, composto por cinco desembargadores. A instalação ocorre em 1º de julho, no Salão Nobre do atual Palácio da Cultura. Nesta mesma data é eleito presidente interino do Tribunal, o desembargador baiano Olympio Manoel dos Santos Vital. Logo depois, assume o cargo o potiguar Jerônimo Américo Raposo da Câmara. É reeleito para a mesma função por mais cinco vezes, em 1893, 1895, 1896, 1887 e 1898. De 1892 a 2006, são empossados na presidência da corte 57 desembargadores. O atual é o desembargador Amaury de Souza Sobrinho, que exerce o cargo no biênio 2005/2006.

No livro *Sociedade e Justiça: História do Poder Judiciário no Rio Grande do Norte* (Departamento Estadual de Imprensa, 1998. 331 p.), o autor Eduardo Gosson sublinha que “mediante os processos políticos da sociedade o Superior Tribunal de Justiça sofreu as seguintes alterações: com o Decreto 701, de 1º de setembro de 1934, e a Constituição Federal de 16 de julho de 1934, passou a se chamar Corte de Apelação; com o início do Estado Novo e a Constituição Federal de 1937, mudou para Tri-

bunal de Apelação. Promulgada a Constituição Estadual de 1947, resultado da redemocratização, passou a ser Tribunal de Justiça do Estado do RN, até os dias atuais”.

O Tribunal de Justiça inicia suas atividades no antigo Palácio Potengi. Posteriormente, é transferido para o prédio onde hoje funciona o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte (IHGRN). A sede seguinte tem abrigo no Solar Bela Vista. Em seguida, muda para o atual prédio da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e, a partir de 1977, em sede definitiva situada à praça Sete de Setembro.

Em motivo do crescimento da população e do conseqüente aumento de pendengas judiciais, o atual edifício do TJ está com sua capacidade esgotada. Tanto isso é verdade que hoje uma parte do Tribunal funciona no prédio do antigo Grande Hotel, na Ribeira. Há movimento em curso para que o Tribunal de Justiça seja transferido para terreno doado na rua Dr. Lauro Pinto, em Lagoa Nova, onde seria construído um novo e amplo edifício-sede para abrigar foro que funcione a contento, não obstante as boas condições de trabalho do atual prédio.

Criação de comarcas e da Justiça Eleitoral

A criação das comarcas não é feita a toque de caixa. Aos poucos, e conforme as necessidades, vão sendo criadas. Alvará nº 18, de 18 de março de 1818, estabelece a Comarca de Natal. A próxima comarca a ser instituída é a de Açu, por força do Decreto nº 13, de 11 de março de 1835. Martins é o terceiro município a ter sua comarca, pela Lei nº 71, de 10 de novembro de 1841. As seguintes são, por ordem cronológica, São José de Mipibu (1855), Acari (1858), Caicó (1858), Mossoró (1861), Macau (1871), e assim sucessivamente. Atualmente, registram-se 63 comarcas.

A Primeira Corte de Justiça Eleitoral no RN é instalada em 05 de agosto de 1932, no palacete da rua da Conceição, nº 622, onde hoje funciona o IHGRN, pelo desembargador Luís Tavares de Lira, então vice-presidente do Superior Tribunal de Justiça, cumprindo determinação constitucional. Tavares de Lira é eleito o primeiro presidente do Tribunal Regional Eleitoral. Com o estabelecimento do Estado Novo (1937-1945), a Constituição de 10 de novembro de 1937 extingue a Justiça Eleitoral e a Justiça Federal.

O Tribunal Regional Eleitoral passa oito anos fechado. Com o processo de redemocratização do Brasil, a Justiça Eleitoral reabre no dia 12 de junho de 1945, às 14 horas, no plenário do Tribunal de Apelação (hoje, Tribunal de Justiça), em sessão presidida pelo desembargador Floriano Cavalcanti, vice-presidente no exercício da Presidência, visto que o presidente Miguel Seabra Fagundes estava em viagem à capital federal. Para melhor atender ao eleitor, o edifício-sede do TRE fica localizado na praça André de Albuquerque, 534, na Cidade Alta. O atual presidente da corte é o desembargador Dúbel Ferreira Cosme.

Ainda segundo o historiador Eduardo Gosson, a Justiça Federal no Rio Grande do Norte é criada em 13 de março de 1891, assumindo a presidência o juiz Manoel Gomes de Medeiros Dantas. O primeiro período da Justiça Federal no RN dura 46 anos, até ser fechada pelo golpe de 1937, quando da instalação do Estado Novo. A Justiça de 1ª Instância só é reativada em 1966, em plena ditadura militar, por meio da Lei nº 5.010, de 30 de maio de 1966, definindo cada Estado, Território e Distrito Federal como sendo uma Seção Judiciária. Já a Justiça Federal é reinstalada em 10 de janeiro de 1969, sendo o primeiro juiz desta segunda fase, Armindo Guedes da Silva.

Justiça do Trabalho - As Juntas de Conciliação e Julgamento no Rio Grande do Norte precederam o Tribunal Regional do Trabalho da 21ª Região, antes mesmo de ser editada a CLT (1943). É bom frisar que as Juntas de Conciliação e Julgamento do RN eram subordinadas ao TRT de Pernambuco (de 1941 a 1984) e ao da Paraíba (1985 a 1992), tornando o trâmite processual demorado. O TRT da 21ª Região é criado no dia 16 de junho de 1992.

Episódios do governo Joffili

Em *Sociedade e Justiça*, Eduardo Gosson transcreve trecho do livro de memórias Vertentes, do escritor e ex-desembargador João Maria Furtado, no qual recorda episódios do governo Irineu Joffili, um dos cinco interventores nomeados por Getúlio Vargas, no Estado, entre 1930 e 1935. A passagem de Joffili pelo governo dura apenas três meses (novembro de 1930 a janeiro de 1931), tempo suficiente para bater de frente com o Poder Judiciário em três questões, quais sejam a revogação de dispositivo do Código de Processo Civil do Estado, a revogação de decreto de disponibilidade de desembargador e a demissão do juiz Régulo Tinôco da 2ª Vara da Capital.

Sobre o primeiro episódio assim se expressa João Maria Furtado: “Uma das principais causas de sua queda (José Joffili) foi o fato de haver, ingenuamente bem intencionado, baixado o Decreto nº 09, de 07 de novembro de 1930, revogando dispositivos do Código de Processo Civil do Estado regulamentadores da ação de nulidade de ato administrativo, de modo que a defesa em matéria de multas fiscais se ativesse ao mérito. O Estado havia descoberto uma grande sonegação da firma M. F. do Monte e estava cobrando em juízo o principal e multa”.

Reforma - Atento às vicissitudes do Judiciário, Eduardo Gosson tem praticamente concluído o ensaio O Poder Judiciário no Terceiro Milênio, que quer publicar futuramente. Na ótica do historiador, a sociedade cobra e critica a instituição, especialmente a sua morosidade, não sem razão. A partir desse juízo ele faz uma reflexão sobre causas e efeitos da letargia do Judiciário. Perguntado sobre o que falta para uma maior agilidade do poder, Gosson não titubeia: “Uma reforma processual profunda e radical”. Ilustra: “hoje em algumas matérias cíveis cabem mais de 30 recursos que protelam a sentença final. A reforma ideal é aquela que venha a diminuir esses recursos drasticamente. Todos estamos cientes de que a sucessão de recursos leva a instituição a um certo crédito junto à população”.

Eduardo Gosson agora encampa luta para a inauguração do Memorial do Poder Judiciário do RN “Desembargador Vicente Lemos”, no antigo casarão do Doutor Barata, contíguo ao TJ. O Decreto nº 19.069, de 04 de maio de 2006, assinado pela governadora Wilma de Faria, abre crédito suplementar de R\$ 200 mil para instalação e restauração do casarão. O valor total do projeto é da ordem de R\$ 400 mil e a contrapartida será complementada pelo Tribunal de Justiça. (PJD)

O historiador

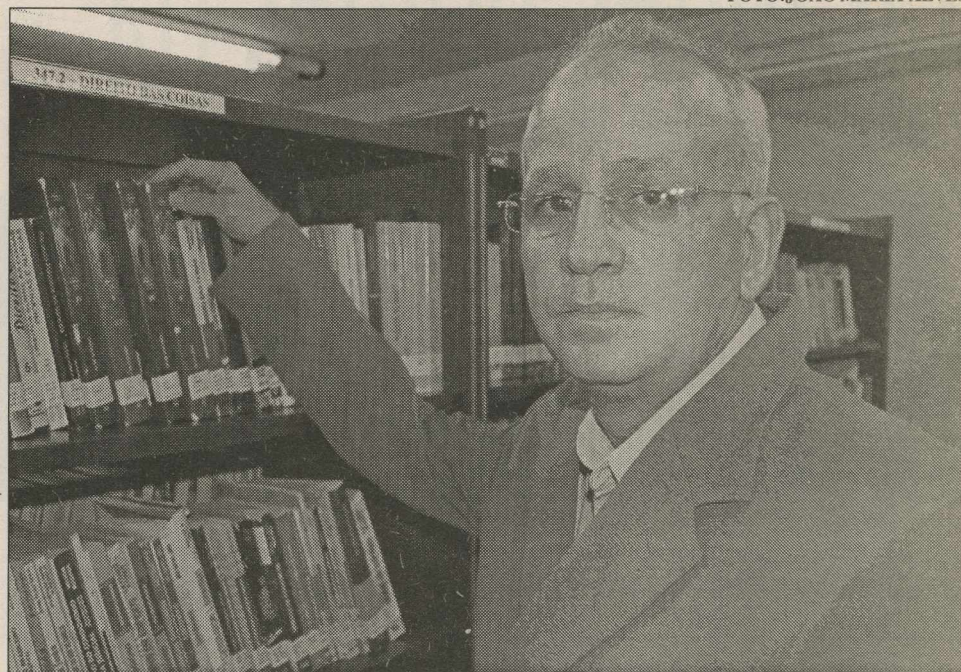
Pesquisar a história do Poder Judiciário do Rio Grande do Norte tem sido o ofício do sociólogo e servidor do Tribunal de Justiça, o natalense Eduardo Antonio Gosson. A motivação para escarafunchar a trajetória desse poder parte da quase ausência de publicações sobre o assunto. Entretanto, observa que há alguns capítulos escritos por Luis da Câmara Cascudo em livros diversos e publicação do escritor Ivoncísio de Medeiros denominada O Poder Judiciário no Rio Grande do Norte - 1818 a 1992 (Brasília, Gráfica do Senado, 1992). A questão é que Gosson queria ir mais a fundo no tema.

Laboriosa pesquisa resulta no livro *Sociedade e Justiça: História do Poder Judiciário do Rio Grande do Norte*, onde aborda em quatro capítulos sociedade e justiça na Colônia, Império, República Velha e República, enfocando assuntos como a pena de morte em Natal, a instalação das comarcas, a criação do Tribunal de Justiça, a estrutura organizativa do Tribunal Regional Eleitoral, breve história da Justiça Federal no RN, a criação do TRT da 21ª Região, perfis biobibliográficos, entre inúmeros outros assuntos concernentes ao Judiciário. “Cascudo escreveu a história do Poder Legislativo e do Poder Executivo e

Autor de três livros sobre os homens que fazem o Poder Judiciário no RN, Eduardo Gosson agora se debruça sobre a instalação de um memorial

do Judiciário

FOTO:JOÃO MARIA ALVES



numa Acta Diurna que encontrei datada de 11 de outubro de 1948 ele sugere que alguém escreva a história do Judiciário”, argumenta.

Debruçado sobre exemplares antigos de “A República”, revistas, livros isolados escritos por magistrados, depoimentos e documentos pessoais de filhos e viúvas de homens que fizeram a história do Poder Judiciário, Gosson consegue realizar uma obra de fôlego e de vulto. São três anos de pesquisa até o lançamento do livro em 1998. As dificuldades também tiveram peso semelhante ao da pesquisa realizada às expensas do pesquisador. “Só quando a pesquisa foi concluída é que nós conseguimos com o Governo do Estado a edição do trabalho. A tiragem foi de 1.400 exemplares. Hoje, a edição está totalmente esgotada”, lamenta.

Destinado a estudantes e profissionais da área jurídica, o livro não traz linguagem empolada nem resvala para o pedantismo. É, por assim dizer, obra de historiador. Não obstante a recentidade da publicação, o escritor já sente necessidade de atualizá-la dada a dinâmica do próprio Judiciário.

O segundo trabalho de Eduardo Gosson na área é a Revista Comemorativa dos 110 Anos do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte (Gráfi-

ca Santa Maria, 2002. 96 p.), cujo conteúdo mostra a história do Tribunal através dos tempos, memória fotográfica da corte, memória jurídica e ensaios literários. Editado em papel couchê e fartamente ilustrada em sépia, a publicação ainda traz longa entrevista com o então presidente do Tribunal de Justiça, no biênio 2000-2002, desembargador Armando da Costa Ferreira.

Ministros Potiguares (Natal Gráfica, 2005. 191 p.) retrata os oito ministros de Tribunais Superiores nascidos no Estado, afora o perfil do civilista J.M. de Carvalho Santos que, conforme Gosson, não quis ser ministro, vivendo exclusivamente da sua banca de advocacia, e do desembargador honorário do Tribunal de Justiça do RN, Miguel Seabra Fagundes, Ministro de Estado da Justiça e Negócios Interiores no governo Café Filho.

No império, o Estado produz os ministros Thomaz Xavier Garcia de Almeida, Luiz Gonzaga de Brito Guerra e Luiz José de Sampaio. No período republicano, assumem posto em Tribunais Superiores os ministros Amaro Cavalcanti, José Fernandes Dantas, Francisco Fausto de Paula Medeiros, José Augusto Delgado e Emmanoel Pereira.

Grandes nomes da MAGISTRATURA

ANCHIETA FERNANDES

- * **José Joaquim Geminiano de Moraes Navarro** foi o primeiro norte-rio-grandense a obter o diploma de bacharel em Direito. Era natalense, nascido a 19 de dezembro de 1799. Matriculou-se a 02 de junho de 1827, no Curso Jurídico de Olinda, recebendo o diploma no ano de 1832. Sobre ele, Câmara Cascudo escreveu uma de suas "Actas Diurnas", na qual informa que Moraes Navarro teria "desempenhado funções de relevo político embora em caráter reservado". Registra também que o primeiro bacharel do RN assumiu a Presidência da Província de Sergipe de 29 de outubro de 1833 a 13 de fevereiro de 1835.

- * **Mariano José de Brito Lima** foi o primeiro Ouvidor do Rio Grande do Norte. Ouvidor era o magistrado que, na época colonial, exercia as mesmas funções que exerce hoje o Juiz de Direito. Dr. Mariano foi, pois, o primeiro Juiz de Direito do Rio Grande do Norte, embora nomeado como "ouvidor". O rei Dom João VI, pelo Alvará de 16 de março de 1818, criara a Comarca do Rio Grande do Norte, desmembrando-a da Paraíba. A 08 de julho de 1819 nomeou o primeiro titular, o dr. Mariano, que assumiu a 28 de outubro de 1819. Segundo Câmara Cascudo, ele era "Cavaleiro Professo da Ordem de Cristo, figurou na diantei-

ra dos acontecimentos locais, defendendo a política unitária das Cortes de Lisboa. Inteligente, ousado, voluntarioso, causou transtornos nas almas de seus jurisdicionados. Chegou a ser preso e recolhido, incomunicável, à fortaleza dos Reis Magos, em fevereiro de 1822". (Portanto, o juiz Lacerda, da atualidade, não foi o primeiro juiz preso no RN). Depois de solto, dr. Mariano saiu de Natal e chegou a ser desembargador no Tribunal da Bahia.

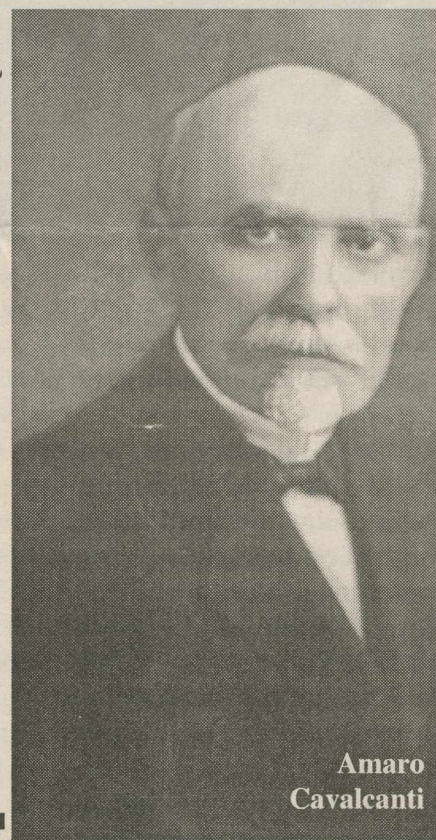
- * **Tarquínio Bráulio de Souza Amaranto** foi o primeiro norte-rio-grandense a assumir cátedra de professor numa Faculdade de Direito. O que ocorreu em 1871, na Faculdade de Direito de Recife, onde conseguiu o cargo por concurso. Ele nascera na então povoação de Papari (hoje, Nísia Floresta), a 20 de julho de 1829. Bacharelou-se pela referida Faculdade de Direito de Recife, em 1857, doutorando-se em 1859, professor substituto em 1860 e catedrático em 1871. Em Natal, foi também promotor público, ensinando Filosofia no Ateneu Norte-Rio-Grandense. Foi também Deputado Provincial e Deputado Geral. Foi um dos chefes do Partido Conservador. Faleceu no Rio de Janeiro, a 29 de agosto de 1894.

- * **Tomás Xavier Garcia de Almeida** foi o primeiro norte-rio-grandense a chegar ao posto de desembargador. E também foi o

Ao presidir, a 12 de junho de 1945, a reinstalação do Tribunal Regional de Justiça Eleitoral no Rio Grande do Norte (suspensão no Estado Novo), o desembargador Floriano Cavalcanti de Albuquerque disse o seguinte em seu discurso: "Aplicar a lei e assegurar o direito, restabelecendo o equilíbrio social, quando ferido ou ameaçado, é dever que cumprimos sempre, custe o que custar (...)."

A missão do magistrado (seja ele juiz, promotor, desembargador ou ministro) e do advogado é essa mesma: aplicar a lei e assegurar o direito, custe o que custar. Na História do Poder Judiciário no Rio Grande do Norte, em nome desta missão, se destacaram ou ainda se destacam alguns nomes. Cito alguns, entre os pioneiros e grandes talentos deste importante segmento da ordem democrática.

FOTO: ARQUIVO



Amaro Cavalcanti

primeiro norte-rio-grandense a chegar a Ministro da Suprema Corte Judiciária do Brasil (Supremo Tribunal de Justiça). Ele nasceu em Natal, a 14 de junho de 1792. Recebeu o diploma de Direito pela Universidade de Coimbra, em 1818. Em 1821, já era Juiz de Fora, em Recife. Em 1823, como suplente, representando o Rio Grande do Norte, tomou parte na Assembléia Constituinte. Em 1825, Ouvidor do Recife. A 08 de agosto de 1827, nomeado desembargador para a Relação da Bahia, e a 13 de maio de 1846 ministro do Supremo Tribunal de Justiça do Império. Foi ainda Deputado Geral por Pernambuco em 1826-29 e pela Bahia em 1843-44; e presidente das províncias de São Paulo (1827-28), Pernambuco (1828-44) e Bahia (em 1838). Faleceu no Rio de Janeiro, a 11 de janeiro de 1870.

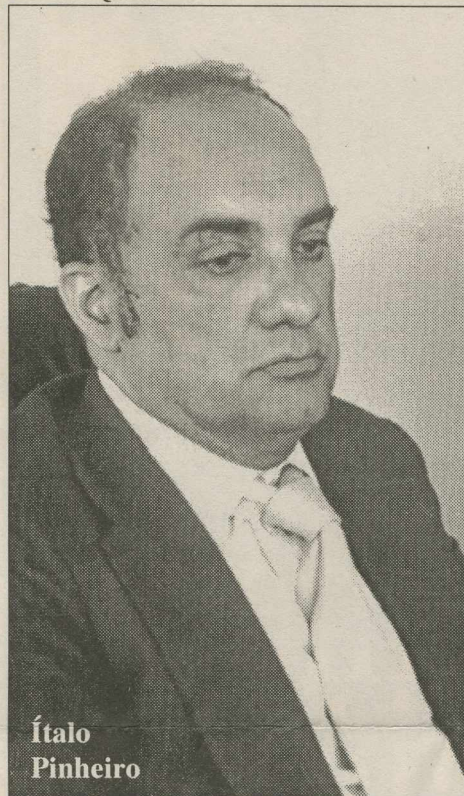
Amaro Cavalcanti foi o primeiro norte-rio-grandense a se tornar ministro de Estado, e justamente como Ministro da Justiça. Filho de agricultores pobres, nasceu no sítio Logradouro, então pertencente ao município de Caicó, e atualmente ao município de Jardim de Piranhas, a 15 de agosto de 1849. Estudou com muitas dificuldades, em livro emprestado, ao mesmo tempo em que trabalhava como auxiliar de comércio em Caicó. Passou em primeiro lugar num concurso de Retórica no Maranhão. Em Baturité, no Ceará, também obteve um primeiro lugar em concurso para a cadeira de Latim. Comissionado para estudar a organização do ensino primário nos Estados Unidos, cumpriu ali sua missão, em 1881 e 1882. Ao mesmo tempo em que se matriculava na Albany Law School, em Nova Iorque, onde recebeu o título de doutor em Direito, defendendo a tese "É a Educação uma Obrigação Legal?", pela qual conquistou o primeiro lugar na turma. Professor e Diretor em colégios famosos (Liceu de Fortaleza, Colégio Pedro II, do Rio de Janeiro), foi também advogado, jornalista, parlamentar e diplomata. E prefeito do Distrito Federal. Em 1897, foi nomeado ministro da Justiça e Negócios Interiores (governo Prudente de Moraes). No governo de Rodrigues Alves, foi nomeado ministro do Supremo Tribunal Federal, além de ter ocupado o cargo de ministro da Fazenda. Ele faleceu no Rio de Janeiro, a 23 de janeiro de 1922.

Sábios da teoria jurídica

* **José Teotônio Freire**, promotor público, juiz de direito, juiz municipal, juiz federal, chefe de polícia, desembargador, jurista. Nasceu em Macaíba, a 18 de dezembro de 1858. Bacharelou-se em Direito, pela Faculdade de Direito de Recife, em 1884. Foi promotor público em Mossoró, Açu, Nova Cruz e Natal. Juiz de Direito em Pau dos Ferros e Macaíba. Em 1898, foi promovido ao cargo de desembargador do Superior Tribunal de Justiça, ocupando a presidência da referida corte judiciária do Rio Grande do Norte durante 13 anos consecutivos, de 1909 a 1921. Obtendo o primeiro lugar em concurso para o cargo de juiz federal/seção RN, foi nomeado para o referido cargo em janeiro de 1921, nele ficando até janeiro de 1937, quando se aposentou. Foi sócio do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte.

* **João Vicente da Costa**, promotor público, delegado, juiz, desembargador, professor, jornalista, parlamentar, jurista. Nasceu em Martins, a 14 de junho de 1893. Recebeu o diploma de Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito do Rio de Janeiro, em 1916. Foi promotor público em Macau, delegado regional da 3ª Região Policial em Caicó e Juiz de Direito das comarcas de Pau dos Ferros, Ceará-Mirim e Natal. Em 1952, foi promovido ao cargo de desembargador do Tribunal de Justiça. Foi deputado estadual. Sócio efetivo do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, foi professor da Faculdade de Direito de Natal. Escreveu os livros "Pela Justiça" (1929), "Justiça Nacional" (1956), "Clovis Beviláqua. Estudo Sobre a Elaboração do Código Civil Brasileiro" (1959). Faleceu em Natal, a 05 de agosto de 1982.

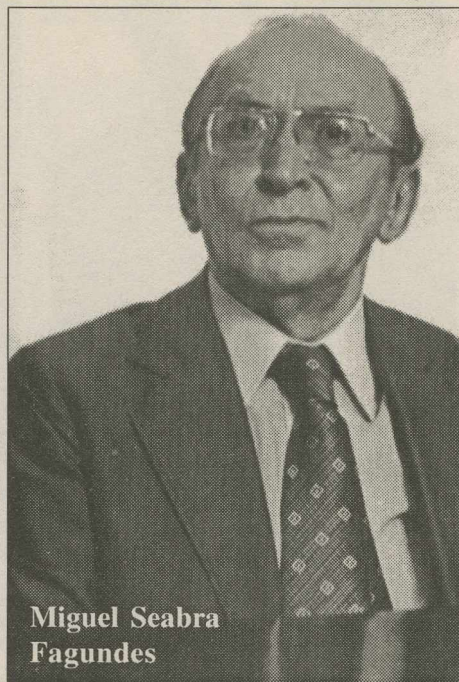
FOTO: ARQUIVO



Ítalo Pinheiro

* **Ítalo José de Medeiros Pinheiro**, advogado, professor, desembargador, jurista. Nasceu em Mossoró, a 05 de março de 1934. Bacharelou-se em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Alagoas, em 1957. E fez pós-graduação em Direito Espanhol e Direito Administrativo pela Faculdade de Direito de Madri, em 1958 e 1959. Foi nomeado para o cargo de desembargador do Tribunal de Justiça do RN em 1990. Também serviu ao Tribunal Regional Eleitoral, de 1990 a 1992, exercendo naquela corte os cargos de corregedor eleitoral, vice-presidente e presidente. Sob sua gestão como presidente, foi instalada a primeira seção eleitoral do Estado exclusiva para apenados, na Colônia Penal Dr. João Chaves, em Natal. Publicou pela imprensa vários ensaios: "Prisão e Sexo", "Custódia Processual e Caracterização", "O Policial e a Violência", dentre outros.

FOTOS: ARQUIVO



Miguel Seabra Fagundes

* **Miguel Seabra Fagundes**, advogado, juiz, desembargador, interventor federal, consultor da República, ministro da Justiça, jurista. Nasceu em Natal, a 30 de junho de 1910. Bacharelou-se em Ciências Sociais e Jurídicas pela Faculdade de Direito do Recife, em 1932. Foi oficial de gabinete da Interventoria Federal no Rio Grande do Norte, delegado auxiliar em Natal, procurador e juiz do Tribunal Regional de Justiça Eleitoral. Em 1935, foi nomeado para o cargo de desembargador do Tribunal de Apelação (atualmente, Tribunal de Justiça), sendo na época, com apenas 25 anos de idade, o desembargador mais jovem do Brasil. Em 1945, assumiu o cargo de interventor federal no RN. Em 1946, nomeado consultor geral da República. Em 1954, foi nomeado ministro da Justiça e Negócios Interiores. Foi Presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil. Escreveu, entre outros livros: "O Controle dos Atos Administrativos pelo Poder Judiciário", "Das Forças Armadas na Constituição", "Reformas Essenciais ao Aperfeiçoamento das Instituições Políticas Brasileiras". Faleceu no Rio de Janeiro, a 29 de abril de 1993.

Os humanistas

Entre os nomes que se destacaram pela atuação humanística, defendendo com coragem os oprimidos e injustiçados e com atuação na política e literatura, destacamos:

* **Conselheiro Luiz Gonzaga de Brito Guerra** (1818-1896) - no Juizado de Órfãos, em uma sentença, disse que não deixaria de punir qualquer omissão em relação aos órfãos, pois os juizes não deveriam velar sobre as pessoas e os bens dos órfãos apenas para fazer custas judiciais, mas "para impedir seu abandono, para evitar seus danos, para melhorar sua sorte."

* **Carlos Antônio Varela Barca**, (1935-1981) - advogado, presidente da OAB/RN, da Comissão de Justiça e Paz, defendeu presos políticos durante a ditadura militar.

* **João Maria Furtado** (1903-1997) - sofreu repressão política em 1935, afastado do cargo de juiz de Baixa Verde, acusado de participar da revolta comunista; anos depois, deu a volta por cima, tornando-se presidente do Tribunal de Justiça.

* **Manoel Onofre de Souza Júnior** (1943) - foi juiz e desembargador, mas foi também e continua sendo um grande humanista da literatura, colocando em seus livros tipos e lendas populares.

* **Pastor José Fernandes Machado** (1932-1982) - foi preso político, mas, passados os anos de chumbo, formou-se em Direito, foi juiz, além de se dedicar à orientação religiosa das pessoas, como pastor presbiteriano. (AF)

* **Francisco Fausto Paula de Medeiros**, escritor (cadeira 15 da Academia Norte-Rio-Grandense de Letras), nasceu em Areia Branca, a 13 de maio de 1935. Bacharel em Direito pela UFRN, foi Juiz do Trabalho Substituto no RN; presidente nas 1ª e 4ª Juntas de Conciliação e Julgamento do Recife; presidente da Junta de Conciliação e Julgamento de Natal; juiz do TRT da 6ª Região/PE; vice-presidente do referido tribunal; juiz convocado para substituição de ministro no TST; corregedor geral da Justiça do Trabalho; vice-presidente e, por fim, a 10 de abril de 2002, tomando posse como presidente do Tribunal Superior do Trabalho (TST), em Brasília



Eliane Amorim: 1ª desembargadora



Maria Célia Smith: hoje corregedora



Judite Monte Nunes: do pleno do TJ

FOTOS: ARQUIVO

A força das mulheres no Poder Judiciário

CARLA XAVIER

O Rio Grande do Norte tem experimentado, com o passar dos anos, uma participação crescente das mulheres no mercado de trabalho, com destaque para os cargos públicos e de carreira. Essa façanha tem sido presenciada também na magistratura, a cada novo concurso público realizado para juiz de Direito. Passados 114 anos da instalação do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte – em 1º de julho de 1892 –, as mulheres já ocupam, no Poder Judiciário e no próprio Tribunal de Justiça, cerca de 40% de cargos de juiz. E esse percentual tende a aumentar.

O fato é que a crescente participação das mulheres na Magistratura do Estado pode ser constatada já a partir das universidades e faculdades de

Direito. Diferente de décadas atrás, a presença feminina nos cursos de Direito é proporcionalmente igual ao número de homens. Então, essa tendência se confirma a cada novo concurso público para juiz substituto, com destaque para o aumento de aprovação de concorrentes mulheres em relação aos homens.

A nomeação de novos juízes, aprovados nos últimos concursos, comprova esta tendência. Além do que, com a realização de novos concursos para a carreira de magistrados, a participação feminina deverá ultrapassar os 50% do quadro efetivo da Justiça Estadual.

Até algumas décadas passadas, a magistratura do Rio Grande do Norte poderia ser considerada como um “clube masculino”. Somente depois de 104 anos de instalação, em 1996 o Tribunal de Justiça do RN recebeu

sua primeira desembargadora, Eliane Amorim das Virgens de Oliveira. Por ironia do destino, a primeira magistrada da Justiça norte-riograndense só passou 20 meses ocupando o cargo, pois faleceu em janeiro de 1998.

O então presidente do TJ que nomeou Eliane Amorim, desembargador Ivan Meira Lima, considera que “a mulher tem um senso ético e uma sensibilidade de justiça muito profunda”. Depois de Eliane Amorim, chegaram a alta Corte da Justiça estadual a desembargadora Maria Célia Alves Smith – hoje Corregedora da Justiça –, juíza de carreira promovida pelo critério de antiguidade, seguida pela desembargadora Judite de Miranda Monte Nunes. Hoje, são elas as duas mulheres integrantes do Pleno do Tribunal de Justiça.

Presença na magistratura potiguar

Mas foi por volta das décadas de 20 e 30 que tivemos as primeiras mulheres juízas na magistratura potiguar. Atualmente, dos cerca de 180 magistrados que compõem o Poder Judiciário do Estado, cerca de 70 são mulheres. A desembargadora Maria Célia Alves Smith ressalta que, com o passar do tempo, o universo feminino tem se projetado cada vez mais nas magistraturas do RN, demonstrando que, na verdade, a mulher não é um ornamento na Justiça e, sim, um novo sangue que está chegando. “As mulheres estão em número cada vez maior, ajudando a Justiça a cumprir a sua função institucional”, frisa.

Dos 53 membros que compõem a estrutura Judiciária e a Administrativa do TJ, nove mulheres ocupam cargos de destaque. Além das desembargadoras Maria Célia Alves Smith – atual corregedora, membro do Plenário e do Conselho de Magistratura – e Judite de Miranda Monte Nunes – membro do Plenário do Conselho de Magistratura e do comando da Câmara Criminal –, a assessoria da Presidência do TJ é formada pela dra. Ana Lúcia Fernandes e a dra. Anne Caroline de Holanda Bezerra Medeiros.

Na parte administrativa, o Tribunal de Justiça do RN apresenta em sua estrutura a dra. Natália Carvalho Galvão de Medeiros, na Coordenação de Controle Interno; a dra. Liliana de Oliveira Borges, na Secretaria de Planejamento e Finanças; a dra. Patrícia Lopes da Costa Ferreira, na Secretaria de Comunicação Social; além da dra. Maria Soledade de Araújo Fernandes, na Direção do Fórum Miguel Seabra Fagundes.

Amor ao Direito: uma herança de família

MOURA NETO

Filha, neta e bisneta de advogados e magistrados que deixaram imenso legado ao mundo jurídico do Rio Grande do Norte, Margarida Araújo Seabra de Moura mantém viva a tradição de seus antepassados ao abraçar com vigor o exercício do Direito, atuando na sua banca de advocacia - instalada na rua Trairi, Petrópolis - mesmo depois de se aposentar como Procuradora de Justiça. Casada com o psiquiatra José Robério Seabra de Moura, parente do ex-ministro Miguel Seabra Fagundes, ela conta da alegria de ver seu filho mais velho, Frederico Araújo Seabra de Moura, herdar o gosto pela atividade profissional que se perpetua na quinta geração da família.

Ainda na infância, Margarida costumava acompanhar o pai Manoel Augusto Bezerra de Araújo às audiências. Sua casa, nesta época, era extensão do escritório do advogado que jamais discriminou clientes que não tinham recursos financeiros. “Ele recebia igualmente o usineiro e o mendigo”, conta. Formada em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), em 1966, revela que dois fatos marcaram este período. Sua formatura, tendo como padrinho o avô Silvino Bezerra Neto, desembargador, e o escritório que manteve no início da carreira com o pai, durante dois anos, até este contrair câncer.

“Todas às tardes conversávamos sobre Direito”, diz ela, lembrando o pai, que repetia um costume adquirido com seu avô. Depois de fazer e encerrar a carreira no Ministério Público, decidiu abrir novamente o escritório de advocacia, há seis anos, onde diz que se sente feliz com o trabalho que realiza com associados jovens, numa troca de experiência enriquecedora. Após quatro décadas de atuação, olhando para trás, um fato ainda lhe causa repúdio. Em 1968, aprovada em segundo lugar num concurso para juiz, ao lado de Valkíria

Margarida Seabra, no seu escritório de advocacia, onde cultua a memória do bisavô, avô e do pai nas fotografias da parede

Félix, que ficou em primeiro, o TJ acabou vetando os nomes das duas mulheres para seus quadros. “Foi um impacto para quem estava começando a carreira”.

A paixão pelo Direito, que se tornou hereditária, começou com Francisco de Sales Meira e Sá, avô materno de seu pai. Nascido em 1856 na cidade paraibana de Souza, chegou a Natal aos 7 anos, com o pai Olinto Meira, nomeado presidente da Província (ambos são hoje nomes de ruas em Natal, no bairro Barro Vermelho). Ingressou no Ministério Público, em 1879, como promotor público de Ceará-Mirim.

Depois foi juiz e desembargador do Tribunal de Justiça, do qual foi presidente. Aprovado em primeiro lugar em concurso para juiz federal, exerceu este apostolado por dez anos. “Era o tipo completo do juiz; era a encarnação do sacerdócio judiciário em seu maior esplendor”, assinala Nestor Lima, na plaquete publicada durante a comemoração do centenário de Meira e Sá, falecido aos 64 anos em 1920.



FOTO: LUÍS HENRIQUE

DE UMA GERAÇÃO A OUTRA

Silvino Bezerra Neto, avô paterno de Margarida Seabra, trilhou igualmente brilhante carreira, deixando para seus descendentes exemplos valiosos de homem justo e probo. Nascido em Caicó, em 30 de abril de 1887, faleceu aos 82 anos, em Natal, depois de ocupar importantes cargos públicos e ajudar na fundação de entidades que contribuíram para melhorar a sociedade local, como a Associação de Assistência a Psicopatas, que criou o Hospital Colônia, a Escola Doméstica, o Instituto de Proteção Assistência à Infância do RN e a Liga Norte-Rio-Grandense Contra o Câncer.

Irmão do ex-governador José Augusto Bezerra de Medeiros, Silvino Bezerra ingressou na Faculdade de Direito de Recife, em 1905, onde bacharelou-se em Ciências Jurídicas e Sociais em 1909, aos 22 anos, na mesma turma do escritor José Américo de Almeida. Foi promotor público, juiz de direito, chefe de polícia e membro do Supremo Tribunal de Justiça, onde se aposentou em 1937.

Foi também procurador Geral do Estado, entre os anos 1926 e 1927, membro do Tribunal Regional de Justiça Eleitoral e presidente da OAB/RN. Aclamado sócio do Instituto Histórico e Geográfico do RN em 1927, chegou a ocupar a

presidência desta vetusta instituição. “Simples e probo, tinha uma personalidade que imprimia respeito e admiração, sem percorrer os caminhos da soberba e das vaidades efêmeras”, declarou o escritor Enélio Lima Petrovich, atual presidente do IHGRN.

O menino que durante a infância tentou aprender flauta com Tonheca Dantas, em Acari, trabalhou na juventude como revisor de “A República”, escreveu e publicou sonetos no jornal “A Tribuna do Norte”, merecendo de Câmara Cascudo a classificação de “delicado poeta pela captação incessante dos motivos líricos que têm iluminado sua linda existência moral”. Vítima da ditadura Vargas, foi preso em 1932 numa das salas do Tribunal de Justiça, quando os desembargadores se preparavam para iniciar uma sessão.

Segundo o escritor Luiz G. M. Bezerra, após se aposentar, Silvino Bezerra, seu pai, dedicou-se novamente ao exercício da advocacia. “Nesse período, dois dos seus filhos – Manoel Augusto e Silvino – iniciaram na mesma profissão e dele receberam as primeiras orientações práticas. A partir de então, criaram o hábito, pai e filhos, de se encontrarem diariamente, nos fins de tarde, para informais discussões jurídicas”, escreveu, em livro biográfico editado em 2001 pela Coleção Mossoroense.

Manoel Augusto bacharelou-se em Direito, no Recife, tendo sido depois promotor público em Jardim do Seridó, Parelhas, Canguaretama e Natal. Pediu exoneração para defender a candidatura do brigadeiro Eduardo Gomes à Presidência da República e, depois disso, trabalhou somente como advogado. “Tinha como hobby a prática salutar do esporte da pesca amadora, tendo sido um dos fundadores do Pâmpano Esporte Clube, a segunda entidade no gênero fundada no país e a primeira do Nordeste”, observa Luis G. M. Bezerra, que também escreveu a biografia do irmão.

Considerado um dos mais brilhantes advogados do Estado, ao lado de profissionais como Varella Barca, João Maria Furtado, Hélio Galvão e Raimundo Nonato Fernandes, Manoel Augusto tinha grande poder de argumentação e conhecimento da lei. Faleceu aos 64 anos, não sem antes garantir que deixaria herdeiros para continuar a tradição da família: a filha e o neto, - que faz mestrado em São Paulo.



Causos da Corte

nome Rita. Quando meu pai perguntou: “Rita de que?” (para acrescentar o sobrenome familiar), o caboclo, ouvindo mal, pensando que meu pai duvidava de sua masculinidade paterna e perguntara “de quem?”, exclamou: “Rita minha, seu Fernandes!”

Ainda no contexto do Registro Civil, recorde-se que, a 24 de maio de 1890, instalava-se no Rio Grande do Norte a instituição do Registro de Casamentos Civis.

O primeiro casamento ocorreu a 09 de julho de 1890, em Natal, quando o juiz Joaquim Ferreira Chaves uniu Felipe Pereira do Lago a Maximina Sinforosa de Castro Barroca. Estes recém-casados convidaram pessoas amigas à sua casa para lhes oferecer “um singelo copo d’água” como dizia a nota social no jornal “A República” da época.

Meu pai exerceu também a função de escrivão da Justiça Eleitoral em Caraúbas. Os títulos eleitorais eram preenchidos à mão, escritos os nomes dos eleitores com tinta “Parker”, colhida nos tinteiros (ainda não chegara por lá as canetas esferográficas). Meu pai, para apressar a entrega dos títulos, pedia para os filhos de boa letra preencherem os referidos documentos. Na época, eu tinha boa letra, e

preenchi títulos com nomes bastante estranhos de eleitores: João Sempre, Isabel Rainha de Portugal, Maria Santíssima.

A 23 de maio de 1834, foi executado em Natal por enforcamento, José Pretinho, o primeiro condenado à morte pela Justiça potiguar. Acontece que, embora tivesse cometido

um crime
d e



morte, ele tinha mentalidade infantil e era franzino. Na prisão, brincava horas e horas com ossinhos e pedaços de fazendas, monologando, soltando risadas. Quando foi levado ao patíbulo, na praça André de Albuquerque, viu dali velas de barco que saíam Potengi a fora, e exclamou alegre, totalmente inconsciente do que os homens da lei iriam fazer com ele: “Ah! Daqui de cima dá pra se ver as jangadinhas!...”

Dr. Matias Maciel Filho, canguaretamense, foi brilhante orador e pesquisador de

genealogias regionais. Foi o primeiro ocupante da cadeira nº 8 da Academia Norte-Rio-Grandense de Letras. Formado em Direito, exerceu o cargo de juiz em sua terra natal. Certa vez, um senhor o procurou pedindo para despachar um processo que já se arrastava por mais dois anos, sem o juiz despachar. Dr. Maciel penetrou o interior da casa e voltou dizendo: “Não posso despachá-lo agora, porque minha gatinha Mimosa está dormindo em cima do processo”.

Aliás, por falar em processos que se arrastam por anos sem solução, é bom lembrar aqui um dos mais longos na Justiça do RN. A 14 de setembro de 2002, o Diário da Justiça publicava edital de intimação pelo qual o juiz da comarca de Pau dos Ferros citava os “réus foragidos Virgulino Ferrêira, vulgo ‘Lampião’, e demais membros do seu bando de cangaceiros”, que haviam, a 10 de junho de 1927, invadido o município. O processo ainda estava em aberto, passados mais de 67 anos. O juiz cumpriu os trâmites legais, e logo em seguida, também em 2002, mandou arquivar o processo.

O desembargador Antônio Soares de Araújo era um magistrado sóbrio, tranquilo, educado. Usou a arma do humor uma vez, como reação à ignorância alheia. Chegando ao Tribunal de Justiça, ouviu uma mulher do povo gritando, não conformada com um julgamento, dizendo palavras. Com um sorriso, dr. Antônio Soares disse-lhe: “Minha senhora, diga ao menos ‘data vênia!’ (AF).

Nos idos da década 60 do século passado, o ex-juiz e escritor norte-rio-grandense Veríssimo de Melo andou recolhendo material, nos fóruns e cartórios, para um livro que pretendia publicar sob o título “Quando a Justiça Sorrir”. O livro não foi publicado. Mas eu, como filho de escrivão e tabelião público, fui testemunha ou fiquei sabendo de ocorrências que, quando não humorísticas, tinham no mínimo o tom de curiosidade na História da Justiça do RN. Veja-se algumas:

Meu pai era escrivão titular do Registro Civil em Caraúbas. Na região tem o distrito da Cachoeira, onde residem os caboclos, pessoas trabalhadoras e humildes, algumas com deficiências físicas. Um dia, um deles foi ao cartório registrar uma filha recém-nascida, à qual botou o